

*Universidade Federal do Paraná*  
*Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*  
**III Congresso Brasileiro de História Econômica**  
**IV Conferência Internacional de História de Empresas**

**Título:** AS ORIGENS DA ECONOMIA CAFEEIRA EM RIBEIRÃO PRETO

**Autor:** Luciana Suarez Galvão Pinto, aluna do Programa de Pós Graduação em Economia, área de concentração História Econômica , nível de Mestrado

**Instituição:** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho — UNESP Araraquara

**Abstract**

This paper discusses the beginning of the coffee economy in Ribeirão Preto, in the last decades of the 19<sup>th</sup> century. It analyzes historical and economic aspects on land proprietary, conflicts between landowners and authorities, first producers and reasons of the rapid development and expansion of the western region of state of São Paulo. The study was based on historical documents at the Public and Historical Archive of Ribeirão Preto.

**Legenda**

APHRP — Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

**Introdução**

No início do século XIX começou a ocupação do sertão paulista. Os primeiros habitantes vieram da província de Minas Gerais após a decadência da mineração. Grande parte se instalou em regiões próximas aos caminhos e estradas. A partir daí foram avançando o sertão até que chegaram na região que viria a ser o município de Ribeirão Preto. A maioria das terras dessa região foi ocupada após 1822, de maneira que sua propriedade não era legalizada. Por isso, foi grande o número de disputas territoriais e o café só começa a ser plantado após a definição da estrutura fundiária do município, já na década de 1870.

**Uma breve análise da ocupação do Oeste Paulista**

O desbravamento do sertão paulista ocorreu em como consequência da ocupação do centro-sul do país promovida pela mineração. Com grande necessidade de gêneros de consumo, e a atividade mineradora estimulou a expansão da pecuária e da agricultura no sul de Minas Gerais. A região central do estado, apesar de estar mais próxima dos grandes centros mineradores não era própria para as atividades rurais, como apontou Caio Prado Junior, “*o solo é pobre e o relevo excessivamente acidentado*”.<sup>1</sup>

A expansão da agricultura no sul de Minas ultrapassou as fronteiras atingindo a província de São Paulo. Dessa ocupação resultaram os núcleos urbanos de Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Caconde, Casa Branca, Cajuru, Batatais, Franca, São Simão e Ribeirão Preto.

Ainda no século XVIII surgiram os núcleos a de Mogi Guaçu em 1729, Mogi Mirim em 1751 e Caconde em 1775. Nos primeiros anos do século XIX surgiram Franca, em 1805 e Casa Branca, em 1814. Em 1825 surge, próximo a Franca, o núcleo de Batatais. Na década de 1840 surgem próximos de Casa Branca e Caconde os núcleos de São Simão em 1842 e Cajuru em 1846.

Primeiro surgiram os núcleos próximos da fronteira dos dois estados, como foi o caso de Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Caconde, Franca e Cajuru. Partindo de Mogi Mirim e Mogi Guaçu a ocupação avançou e surgiu o núcleo de Casa Branca e posteriormente São Simão. Ao norte, a ocupação partiu de Franca na direção sul dando origem ao núcleo de Batatais. Cajuru apesar de estar localizado bem próximo da fronteira, foi o sétimo núcleo a surgir. A tabela I mostra traz a relação dos núcleos apresentados acima, sua denominação primitiva e o ano da criação de suas respectivas freguesias.

**Tabela I**  
**Relação dos Núcleos Populacionais no sertão paulista**

<b>Denominação Atual</b>	<b>Primeira Denominação</b>	<b>Ano de criação da Freguesia</b>
Mogi Guaçu	Moji do Campo	1729
Mogi Mirim	Mojimirim	1751
Caconde	Nossa Senhora da Conceição / Bom	1775 (criação) – 1820 (reativação)

<sup>1</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967, 340p, p. 65.

	Sucesso	
Franca	Bagres	1805
Casa Branca	Casa Branca	1815
Batatais	Batatais	1825
São Simão	São Simão	1842
Cajuru	Cubatão	1846

Fonte: LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região dos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA, 1996. 264p. p. 70

Após o desbravamento promovido pelos mineiros, ocorre uma segunda etapa de ocupação, iniciada por migrantes de zonas cafeeiras paulistas e fluminenses em decadência.<sup>2</sup> O movimento se intensifica no período 1870-1890 com a proximidade das ferrovias. A Mogiana chegou em Mogi Mirim em 1875, em 1878 foi inaugurada a estação de Casa Branca, chegando até Ribeirão Preto em 1883.

O ponto de partida para a colonização de Ribeirão Preto foi a freguesia de São Simão, em especial o Quarteirão do Tamanduá. As fazendas da freguesia de São Simão eram divididas em quarteirões, semelhante a divisão por bairros nas cidades. O quarteirão do Tamanduá foi o primeiro a surgir e seus moradores chegaram em 1814. Eram eles: Simão da Silva Teixeira, vindo de São João Del Rei, Manuel dos Reis Araujo e seu irmão, Vicente José dos Reis, vindos da região próxima a Estada dos Goias. Partindo do quarteirão do Tamanduá, a ocupação avançou no sertão, formando as fazendas que viriam a se tornar o município de Ribeirão Preto.

#### **As primeiras famílias e os conflitos de terra**

Ribeirão Preto, no início de sua formação, não “*passava de um conglomerado de incipientes fazendas, cortado pela estrada que demandava o Triângulo Mineiro e o Planalto Goiano, oriundas, a maioria dessas fazendas, do apossamento pacífico que o tempo legitimara e que as heranças consolidaram, no entanto sofrendo, tôdas essas propriedades de um mesmo vício: a indecisão dos seus limites*”.<sup>3</sup>

Várias fazendas formavam a área do futuro município de Ribeirão Preto. A Fazenda Barra do Retiro marcava o centro dessa região. Ao redor havia as fazendas: Palmeiras; Ribeirão Preto Abaixo ou Pontinha; Retiro; Figueira; Cravinhos; Cabeceira do Ribeirão Preto; Lageado; Laureano ou Braço Direito do Ribeirão Preto e Sertãozinho.

A maior parte destas terras, cerca de 10 mil alqueires, eram ocupadas pela família dos Reis de Araújo, que estavam na região de São Simão desde 1811. Os primeiros Reis de Araújo vieram de Pindamonhangaba e se instalaram em áreas próximas do Caminho de Goiás, no início do século XVIII<sup>4</sup>. Quase um século mais tarde, chegaram até a região de São Simão seus bisnetos, Vicente José dos Reis, Matheus José dos Reis, Manuel José dos Reis e Maria Bárbara Gertrudes, conhecidos como os irmãos Reis. Além da família Reis de Araújo, outras começara também a povoar a região, como Borges da Costa, Alves da Silva, Bezerra Cavalcanti, Nazareth de Azevedo e Soares de Castilho.

A família Borges da Costa veio do Sul de Minas Gerais no início do século XIX, “*carregando escravos e pertences*”<sup>5</sup>. A família Alves da Silva já estava em São Paulo desde o século XVIII. O primeiro Alves da Silva veio de Minas Gerais e uma de suas filhas, Madalena Maria de Jesus, se casou com Manuel dos Reis de Araújo e foram os pais dos irmãos Reis.

A família dos Bezerra Cavalcante também possuía terras ao longo do Caminho de Goiás e como a família Alves da Silva também se uniu aos Reis de Araújo. Eram dois Reis de Araújo casados com dois Bezerra Cavalcanti. O membro mais antigo da família Nazareth de Azevedo veio de Mogi Guaçu para Franca, onde se casou em 1800. A família Soares de Castilho chegou até a região na primeira metade do século XIX vinda também de Mogi Guaçu.

Os conflitos pela posse de terras não podiam faltar na história da região. “*A falta de título de sesmaria e a ausência de demarcações das mesmas deram margem a sérios conflitos entre os diversos pretendentes às terras e*

<sup>2</sup> Sobre o desbravamento mineiro do sertão de São Paulo e a posterior migração dos fluminenses, ver também MATOS, Odilon N. de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974. 139p. Especialmente as páginas 73-75. LAGES, José A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região dos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA, 1996. 264p.

<sup>3</sup> EMBOABA, Osmani. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo, 1955, p. 17.

<sup>4</sup> LAGES, José A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região dos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA, 1996, 264p, p. 71.

<sup>5</sup> LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região dos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA, 1996, 264p, p. 180.

*entre vizinhos*”.<sup>6</sup> No início do século XIX, a família Reis de Araújo entrou em litígio com uma família de Batatais, os Dias Campos, pela posse de grande parte de suas terras. A família Dias Campos alegava que os Reis de Araújo haviam invadido suas terras. Os Reis de Araújo se defendiam dizendo que as terras invadidas estavam não eram exploradas e nem efetivamente ocupadas pelos Dias Campos.

Em 1846, após anos de discussões chegou-se a um acordo. As terras em questão foram avaliadas e os Reis de Araújo pagaram aos Dias Campos o montante combinado. A posse então ficou definitivamente nas mãos da família Reis de Araújo. Mesmo depois da decisão judicial, Antonio Dias Campos, um dos requerentes do processo, continuou a demanda ainda por muitos anos, sem sucesso, ele alegava que o preço pago pelos Reis de Araújo não era justo. Os Reis de Araújo, apesar de serem grandes proprietários de terras não souberam conservar seu patrimônio, que foi sendo dividido, ora por heranças, ora por operações de compra, venda ou troca.

Esta dinâmica era comum, uma das características de regiões com a estrutura fundiária ainda não definida. Maria Thereza S. Petrone<sup>7</sup> já havia notado este movimento em terras ligadas à lavoura canavieira, mas alerta que este comportamento não era exclusivo deste tipo de cultura, *“a rede fundiária ligada à lavoura canavieira, como outra qualquer, estava em constantes transformações. Heranças, dotes e vendas de parcelas eram responsáveis pela fragmentação da fazenda de cana”*<sup>8</sup>.

As transferências de posse, as doações e as heranças não envolvem transações comerciais. Porém nas operações de compra e venda, o Estado recolhia um imposto. Acredita-se que em muitos casos as operações de compra e venda chegavam a ser, provavelmente, fictícias, principalmente quando o proprietário vendia para um indivíduo para logo em seguida readquirir a propriedade. Segundo Sallum Júnior<sup>9</sup>, *“fictícias ou não, [estas operações de compra e venda] serviam para conferir às ocupações um certo grau de legitimidade na medida em que os interessados pagavam — e o poder público concordava em receber — o imposto incidente sobre as operações de compra e venda”*<sup>10</sup>.

### **Legislação de Terras e a legalização da posse**

Até 1822 o método utilizado para adquirir terras era a distribuição de sesmarias. A concessão de sesmarias tinha como principal objetivo a ocupação e exploração efetiva da terra, garantindo a colonização das novas terras da Corôa portuguesa. Em 1822 o sistema sesmarial chega ao fim, e então a posse passa a ser a única maneira de ocupação da terra. Grande parte das sesmarias concedidas até 1822 eram muito extensas, fora dos padrões estabelecidos pela lei. A grande extensão das propriedades gerava um grande volume de terras não ocupadas e nem exploradas economicamente.<sup>11</sup>

Segundo Ruy Cirne Lima, *“a sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário — ao menos nos seus primórdios —, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e virtuosamente firmada pela ocupação.”*<sup>12</sup>

A primeira tentativa de regularizar a posse da terra depois de 1822 ocorreu em 1842, quando o Governo Imperial solicitou à Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, que formulasse um projeto para a regularização da situação das terras apossadas depois de 1822. O projeto tramitou pelo na Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado sendo aprovado em 1850, dando origem a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras. A lei de Terras previa a incorporação pelo Estado das terras desocupadas e não exploradas, e das terras de sesmaria ou posse, com a propriedade não legalizada.

Além de legislar sobre a propriedade da terra, a lei de Terras tinha como objetivo garantir mão-de-obra para a lavoura cafeeira. O sistema escravista já dava sinais de esgotamento, o tráfico não era mais permitido, graças a Lei “Euzébio de Queiroz”, e os escravos disponíveis não esgotavam as necessidades da lavoura. Era necessário dificultar o acesso a terra, impedindo que brasileiros menos favorecidos e imigrantes se tornassem proprietários. A lei de Terras também previa que a renda obtida pelo Estado com a venda das terras devolutas fosse revertida para um fundo de imigração, com o objetivo de custear a vinda de trabalhadores livres.

<sup>6</sup> PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, 241p, p. 55.

<sup>7</sup> PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, 241p.

<sup>8</sup> PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, 241p, p.57.

<sup>9</sup> SALLUM JUNIOR, Brasílio. *Capitalismo e cafeeicultura: Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

<sup>10</sup> SALLUM JUNIOR, Brasílio. *Capitalismo e cafeeicultura: Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982, p.15.

<sup>11</sup> As sesmarias podiam possuir o máximo de 3 léguas, porém, havia propriedades com mais de 50 léguas. CARVALHO, J. M. Política de terras: o veto dos barões. In: \_\_\_\_ . *Teatro de Sombras*. s.n.t. p. 3.

<sup>12</sup> LIMA, Ruy C. *Pequena história territorial do Brasil*. Sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990. 112p, p.51.

Para a regularização das posses e terras de sesmaria ilegais, o governo exigia a “*medição e titulação, dentro do prazo a ser estabelecido ... de todas as sesmarias em situação irregular e de todas as posses, sob pena de serem tidas como terras devolutas; limitava, as vezes drasticamente o tamanho das posses; e exigia o registro dentro de seis anos sob pena de adjudicação à nação, ou seja, de expropriação.*”<sup>13</sup> Além disso, só poderiam ser legalizadas as terras resultantes de posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária e devidamente exploradas.<sup>14</sup>

### **A legalização da posse e a formação do município de Ribeirão Preto**

Uma das maneiras de comprovar a ocupação primária e pacífica da terra eram os registros eclesiásticos, obtidos por meio das doações de terras para a igreja. Estas doações eram registradas em livros paroquiais e estes registros, passaram a ter valor legal como título de propriedade após 1850<sup>15</sup>.

Para serem aceitas pela Igreja, as terras doadas, deveriam preencher certos requisitos. Em primeiro lugar tinham que ter sua propriedade comprovada, valer no mínimo 120\$000, não podiam ter nenhum encargo, deveriam pertencer ao mesmo município em que se efetuava a doação, não podiam estar hipotecadas e nem envolvidas em operações pendentes de compra ou venda. Além disso, as doações não poderiam prejudicar nenhum herdeiro ou credor.

A primeira tentativa de formação do patrimônio de São Sebastião ocorreu em 1845. O projeto era de José Mateus dos Reis, que pretendia doar terras da Fazenda das Palmeiras, no valor de 40\$000<sup>16</sup>. A doação não foi aceita por dois motivos. Além de não chegar ao valor mínimo exigido, o doador não tinha o título de propriedade das terras a serem doadas, que estavam entre aquelas disputadas com os Dias Campos.

Em 1852 novas doações foram feitas na tentativa de completar a doação de 1845. As novas doações foram de terras das Fazendas das Palmeiras e Esgoto. Num primeiro momento as doações foram aceitas e o bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Melo, autorizou o início das obras para construção da capela. Porém, a promotoria da Câmara episcopal da Província não confirmou a decisão do bispo já que valor das terras, que era de 90\$000, não atingia o valor mínimo exigido.

João Alves da Silva Primo e sua mulher, Delfina Bezerra, completaram a doação. Mesmo com valendo 120\$000, a doação não foi aceita pois as terras também se encontravam em litígio com Antonio Dias Campos. Segundo Osmani Emboaba<sup>17</sup>, os moradores da Fazenda das Palmeiras chegaram a construir uma capela para São Sebastião e “*o material iconográfico recolhido ao Museu Municipal de Ribeirão Preto, que teria pertencido à capela de São Sebastião das Palmeiras, constitui prova fidedigna de que ela, de fato, existiu.*”<sup>18</sup>

A terceira tentativa partiu de alguns moradores das fazenda do Retiro e Barra do Retiro, que tendo requerido a divisão judicial das mesmas em 1853, conseguiram legitimar suas posses. Sem dúvidas com relação à propriedade das terras, a igreja aceitou as doações, já em 1856. Estes doadores são considerados os fundadores da cidade de Ribeirão Preto. Foram eles: “*João Alves Primo e Ana Delfina Bezerra — Severino Joaquim Silva e Gertrudes Maria Teodora — José Borges da Costa e Maria Felizarda — Ignácio Bruno da Costa e Maria Isidora de Jesus — Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento — José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus*”.<sup>19</sup> A tabela II traz os doadores, a extensão das terras doadas, e a data da doação.

**Tabela II**  
**Doações ao patrimônio de São Sebastião aceitas pelas igreja**

<b>Doadores</b>	<b>Fazenda</b>	<b>Extensão</b>	<b>Data</b>
João Alves da Silva e Ana Delfina Bezerra	Retiro	30 alqueires	19.12.1852
Severiano João da Silva e Gertrudes Maria Teodora	Retiro	12 alqueires	16.03.1853
José Borges da Costa e Maria Felizarda	Retiro	9 alqueires	20.03.1853
Inácio Bruno da Costa e Maria Izidora de Jesus	Retiro	9 alqueires	19.04.1853
Mariano Pedroso de Almeida e Maria Lourenço do Nascimento	Retiro	2 alqueires	22.04.1853

<sup>13</sup> CARVALHO, J. M. Política de terras: o veto dos barões. In: \_\_\_\_ . *Teatro de Sombras*. s.n.t, p. 88.

<sup>14</sup> SALLUM JUNIOR, Brasílio. *Capitalismo e cafeicultura: Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

<sup>15</sup> DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 52

<sup>16</sup> EMBOABA, Osmani. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo: s. n., 1955, p. 4.

<sup>17</sup> EMBOABA, Osmani. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo: s. n., 1955.

<sup>18</sup> EMBOABA, Osmani. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo: s. n., 1955, p. 8.

<sup>19</sup> CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Imag, 1990, 3v, v. 2, p. 515.

José Alves da Silva e Pulcina Maria de Jesus	Barra do Retiro	2 alqueires	1856
--	-----------------	-------------	------

Fontes: LAGES, José A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região dos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA, 1996. pp. 216 e 217 e CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Imag, 1990, 3v. v.2, p. 515.

Os terrenos demarcados, pertencentes a São Sebastião totalizavam 64 alqueires, somavam a quantia de 269\$830 e ficavam à margem direita do córrego do Retiro, onde hoje se encontram os bairros Campos Elíseos e Jardim Paulista. Porém, o encarregado de administrar este patrimônio, chamado de Fabriqueiro, solicitou ao Juiz Municipal que alterasse a localização do patrimônio, para as terras que ficavam entre os córregos do Retiro, margem esquerda, e Ribeirão Preto. O pedido do Fabriqueiro foi deferido em 19.06.1856, e esta data ficou como sendo a da fundação oficial da cidade.

### A independência do município

Ribeirão Preto se tornou Freguesia em 1870. Já em 1871, foi elevado à categoria de Vila, sendo desmembrado de São Simão “*mas apesar disso, somente a 22 de fevereiro de 1874, é que se realizou a eleição dos primeiros vereadores e juizes de paz*”<sup>20</sup>. Após a eleição, foi constituída a Câmara Municipal, que iniciou suas atividades administrativas em 13 de julho. No mesmo ano, com a constituição da Câmara, a Vila passou a ser Município.

Apesar do desmembramento de São Simão, questões relacionadas aos reais limites entre as duas localidades ainda continuaram. Em 1892, a Intendência de Ribeirão Preto desejava cobrar impostos de proprietários de terras já coletados pela Intendência de São Simão. Antonio Cabral de Mello proprietário da fazenda São Pedro, responde à Intendência Municipal de Ribeirão Preto “*Declaro-lhe que fui colectado a S. Simão dizendo que eu pertencia a S. Simão e não ao Ribeirão Preto, apresentando-me uma planta tirada por um engenheiro mostrando as divisas dos dois Municípios.*”<sup>21</sup> O imposto em questão era de 545\$140.

Até 1872, Ribeirão Preto pertencia à comarca de Mogi Mirim. A partir de 1872 começou a fazer parte da comarca de Casa Branca. Em 1873 o município foi transferido para a comarca de Batatais. Em 1877 Ribeirão começou a fazer parte da comarca de São Simão. Devido ao rápido desenvolvimento do município, em 1878 foi criado o Têrmo de Ribeirão Preto, do qual a comarca de São Simão passou a fazer parte. A comarca de Ribeirão Preto foi criada em 1892 e seu primeiro juiz foi Manuel Aureliano de Gusmão.<sup>22</sup>

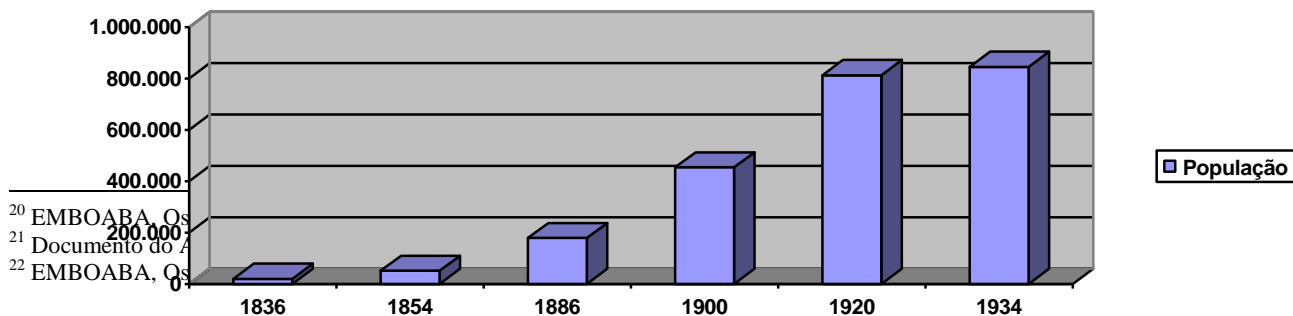
O município de Ribeirão Preto possuía quatro distritos. O distrito de Sertãozinho, emancipado em 1896; o distrito de Cravinhos, emancipado em 1897; o distrito de Guataparã, emancipado após 1930; e o distrito de Bonfim Paulista, ou Gaturamo, ainda hoje pertencente ao município.

### Crescimento da população

A população do oeste paulista cresceu aceleradamente. Após o início da cultura cafeeira, um dos fatores que mais contribuíram para esse crescimento foi a chegada de trabalhadores vindos de outras regiões ou de outros países. Em 1836 a região tinha 20.341 habitantes, em 1854 esse número sobe para 51.265, passando para 178.795 em 1886. Em 1900 a população da região já é de 454.000 habitantes. Em 1920 o número de habitantes quase chega aos 812.000, e em 1934 a região da mogiana já conta com 845.442 habitantes.

**Gráfico I**  
**A evolução da população do Oeste Paulista 1836-1934**

Fonte: Para os anos de 1836, 1854, 1886, 1920 e 1934, MILLIET, Sergio. *Roteiro do Café e outros*

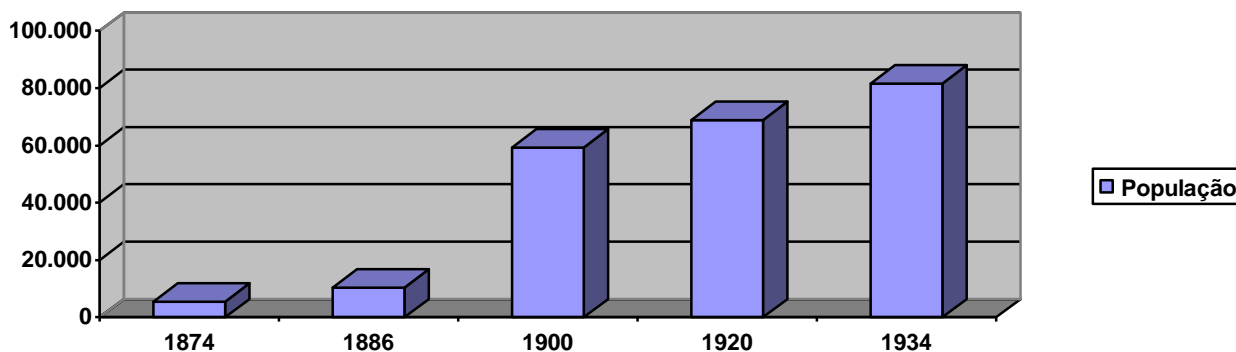


<sup>20</sup> EMBOABA, Os  
<sup>21</sup> Documento do A  
<sup>22</sup> EMBOABA, Os

*ensaios*. Análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo. São Paulo: s. n., 1938, 84p, pp.18-22. Para o ano de 1900, CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE, 1981, 289p, p. 69.

A população do município de Ribeirão Preto também cresce rapidamente. Em 1874 o município possuía 5.552 habitantes. Em 1886 o número de habitantes quase dobra, 10.420. De 1886 até 1900 ocorre o maior aumento, a população passa de pouco mais de 10.000 para 59.195 habitantes. De 1900 até 1920 não há um aumento tão grande, e o município passa a contar com 68.838 habitantes. Em 1934 esse número passa para 81.565.

**Gráfico II**  
**Evolução da população de Ribeirão Preto 1874-1934**



Fonte: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE, 1981, v.2 e 3, pp. 10-27.

Em 1874 a população economicamente ativa estava em sua maioria ligada as atividades rurais, agricultura e a criação de gado. Segundo dados do censo de 1874, havia 2.657 lavradores, 750 empregados domésticos, 176 costureiras, 98 jornaleiros e 29 artistas. Os números também incluíam os escravos. O número de pessoas sem profissão é alto, 2.165. Somados, o número dos economicamente ativos e dos sem profissão ultrapassa o número total de habitantes do município, o que pode ter ocorrido por causa de erros na metodologia utilizada no censo. A tabela III traz uma relação mais completa das profissões e o número de pessoas em cada uma delas.

**Tabela III**  
**Distribuição da população economicamente ativa do município de Ribeirão Preto**  
**Dados do censo de 1874**

<b>Lavradores</b> (homens e mulheres)	2.657
<b>Jornaleiros</b> (entre eles 25 escravos de aluguel)	98
<b>Serviços Domésticos</b> (73 escravos)	850
<b>Religiosos seculares</b>	1
<b>Parteiras</b>	1
<b>Professores e Homens de letras</b> (só mulheres)	3
<b>Artistas</b> (25 mulheres)	29
<b>Capitalistas e Proprietários</b>	9
<b>Comerciantes, guarda livros e caixeiros</b>	20
<b>Manufatureiros e fabricantes</b> (só mulheres)	26
<b>Costureiras</b>	176
<b>Operários de Metais</b>	4

<b>Operários de Madeiras</b>	17
<b>Operários de Tecidos</b>	11
<b>Operários de Edificações</b>	10
<b>Operários de Couros e Peles</b>	3
<b>Operários de Calçados</b>	2
<b>Sem profissão</b>	2.165
<b>Total</b>	<b>6.082</b>

LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro* – o povoamento da região dos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA, 1996, 264p, pp.244-5.

### **Ribeirão Preto e a expansão cafeeira**

Ao que tudo indica, o município de Ribeirão Preto teve o café como primeiro grande produto agrícola. A gestação da economia cafeeira em Ribeirão Preto ocorreu de forma diferente do que em outras regiões produtoras de São Paulo, como Campinas e Rio Claro. Tanto em Campinas quanto em Rio Claro, havia no período anterior ao café, a cultura extensiva da cana-de-açúcar, e foi na lavoura canavieira que ocorreu a gestação dos recursos necessários para o início do café.

Em Ribeirão Preto, não existia nenhuma atividade econômica expressiva antes de 1870. Os habitantes da região viviam da agricultura de subsistência e da criação de gado e pequenos animais. O comércio desses produtos existia na medida em que havia excedente. Mais importante que a atividade econômica eram as questões de terra, em especial, da legalização da propriedade da terra.

Sendo um município novo, grande parte de suas terras foram apossadas após 1822, sendo portanto irregulares. Somente em 1850 é que começa o início do processo de legitimação das posses. As disputas de terras eram comuns, como no caso dos Reis de Araújo e Dias Campos. Além disso, a estrutura fundiária sofria diversas modificações, resultantes de heranças, dotes e doações.

Apesar da pouca expressão econômica, a agricultura de subsistência e a criação de gado tiveram papel fundamental no preparo do município para o café, permitindo abertura das matas, o desbravamento do sertão, a ocupação efetiva do solo e a permanência uma quantidade razoável de moradores, mão-de-obra livre em potencial, um dos fatores que proporcionaram a rápida expansão cafeeira.

As principais questões de legalização e disputa de terras foram sendo resolvidas até que surgem grandes compradores de terras, dando início a grandes fazendas, que pouco a pouco foram absorvendo as pequenas glebas, concentrando a propriedade da terra. O início da marcha dos plantadores de café em direção à região da Alta Mogiana foi gradual, se intensificando após a chegada de Martinho Prado Junior. O movimento continuou intenso até a metade da década de 1890, como pode-se perceber no relato de Ellis Júnior<sup>23</sup>, “...o Cel. Joaquim da Cunha Bueno...em 1890 adquiriu a fazenda Buenópolis nas proximidades de Cravinhos, já no fim do “rush” de Ribeirão Preto”<sup>24</sup>

Diversos proprietários começaram a formar seus cafezais na década de 1870. Entre eles, Manoel Otaviano Junqueira, José Bento Junqueira, Rodrigo Pereira Barreto e Manoel da Cunha Diniz Junqueira, que tinham suas propriedades localizadas na antiga Fazenda do Lageado.

A variedade Bourbon foi trazida do vale do Paraíba por Luiz Pereira Barreto. Incentivado por seu irmão Rodrigo, Pereira Barreto visitou o município de Ribeirão Preto anos antes, coletou amostras do solo para serem analisadas na Bélgica. O resultado das análises descreveu em artigos no jornal “Província de São Paulo”.

Não foram somente nas terras da Fazenda Lageado que começaram as primeiras plantações. Na mesma época, foi formado um cafezal em terras mais tarde adquiridas por Henrique Dumont. Um relatório apresentado à Promotoria de Imigração da Província de Minas em 1888, descreve a Fazenda Dumont e suas plantações, “as plantações que estão já produzindo e que não tem maior idade de 15 anos, são, segundo o calculo que nos foi

<sup>23</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Tenente Coronel Francisco da Cunha Bueno* – O pioneiro da cafeicultura no Oeste Paulista. São Paulo: s.n., 1960.

<sup>24</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Tenente Coronel Francisco da Cunha Bueno* – O pioneiro da cafeicultura no Oeste Paulista. São Paulo: s.n., 1960, p. 376.

fornecido pelo sr. Dr. Dumont, em numero de 450 mil pés... ”<sup>25</sup>. Não se sabe ao certo a data da chegada de Henrique Dumont. Porém acredita-se que ele tenha chegado mais ou menos na mesma época que Martinho Prado Junior.

Martinho Prado Junior, ou Martinico como também era conhecido, chegou em Ribeirão Preto em 1885. Comprou terras da Fazenda do Lageado, localizada entre os municípios de Ribeirão Preto e Araraquara e formou a Fazenda Guataparã. Martinho já conhecia as terras de Ribeirão Preto desde 1877, pois, incentivado pelos artigos de Pereira Barreto sobre a fertilidade das terras do oeste paulista partiu de São Paulo em viagem exploratória. O resultado desta viagem foi um artigo publicado na “Província de São Paulo”, intitulado “Municípios de São Simão e Ribeirão Preto”.

Em 1890 chegou o imigrante alemão Francisco Schmidt. Sua família desembarcou no Brasil quando ele tinha mais ou menos 11 anos<sup>26</sup>. Foram trabalhar em São Lourenço. Após se casar, Schmidt saiu de São Lourenço e foi para Descalvado, onde trabalhou como colono para João Franco de Moraes Octávio. Após trabalhar em alguns estabelecimentos de comercialização de café juntou capital suficiente para começar a comprar terras. Pouco tempo mais tarde, inicia as negociações para a compra da Fazenda Monte Alegre, de seu antigo empregador.

Segundo o Almanach Illustrado de Ribeirão Preto,<sup>27</sup> o “Rei do Café” possuía no total trinta fazendas, das quais dezessete em Ribeirão. Seu prestígio político eram grande, “...em Ribeirão Preto nada se faz sem o concurso poderoso de sua assistencia, que tem parte em todos os melhoramentos urbanos, que vela pelos hospitaes e auxilia todas as instituições de caridade ... eis em franca synthese o que é o Cel. Francisco Schmidt, a encarnação perfeita do trabalho e do dever a quem o público deu o justo título de “Rei do Café”...”<sup>28</sup>

Em 1914 foram classificados como maiores produtores café, Francisco Schmidt, Martinho Prado Junior, a Fazenda Dumont, como Cia. Agrícola Dumont, e vários fazendeiros da família Junqueira. A tabela IV traz a relação desses produtores, sua produção e número de cafeeiros.

**Tabela IV**  
**Maiores produtores de café de acordo com o censo agrícola de 1904-05**

<b>Proprietários</b>	<b>Cafeeiros</b>	<b>Produção em Arrobas</b>	<b>Produção em Sacas</b>
Coronel Francisco Schmidt	6.075.500	405.700	101.425
Cia Agrícola Dumont	3.999.990	310.000	77.500
Dr. Martinho Prado Junior	2.112.700	160.000	40.000
D. Francisca do Val	977.000	60.000	15.000
Coronel Manoel Maximiano Junqueira	696.000	50.000	12.500
D. Iria Alves Ferreira	693.000	48.000	12.000
Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira	650.000	50.000	12.500
Coronel Joaquim Firmino Diniz Junqueira	634.400	50.000	12.500
Coronel Francisco Maximiano Junqueira	624.859	43.000	10.750
Macedo & Souza	600.000	42.000	10.500
Uchôa & Irmão	500.000	40.000	10.000
<b>TOTAL</b>	<b>17.563.449</b>	<b>1.258.700</b>	<b>314.675</b>

Fonte: ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1914. Não pag. APHRP

#### **A substituição da mão-de-obra escrava**

Ribeirão Preto foi um dos municípios em que a cultura de café não dependeu exclusivamente da mão-de-obra escrava. Os mais importantes produtores, entre eles Pereira Barreto, Martinho Prado e Henrique Dumont,

<sup>25</sup> RELATORIO apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas pelo diretor Dr. Francisco de Paula Lazaro Gonçalves em 1888.

<sup>26</sup> BOTELHO, Martinho. *Ribeirão Preto “Le pays du café”*. Brazil Magazine – Revista Periódica e Illustrada d’Arte e Actualidades. Publicação de Propaganda Brasileira no Estrangeiro. Paris, agosto de 1911. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

<sup>27</sup> ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1914. Não pag. APHRP.

<sup>28</sup> ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1914. Não pag. APHRP.



começaram a investir na vinda de imigrantes uma década antes da abolição da escravatura. Uma das principais razões para isso era o número reduzido de escravos em Ribeirão. Em 1874 havia somente 857 escravos e em 1887 esse número é um pouco maior, 1.379.

A prosperidade do novo centro cafeeiro atraiu diversas correntes migratórias que foram substituindo pouco a pouco a mão-de-obra escrava, o que tornou possível manter a produção e a expansão da lavoura cafeeira durante o período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. A cidade também atraiu imigrantes, em sua maioria italianos que vinham da região norte da Itália e principalmente das cidades de: Prata di Pordenone, Udine, Pordenone, Treviso, Pádova, Abano Terme, Veneza, Brugine, Piove di Sacco, Campagnola e Rovigo. Os imigrantes começaram a chegar mesmo antes da abolição.

Em 1877 o município já possuía diversas colônias de trabalhadores livres, em sua maioria imigrantes. Somente nas terras de Henrique Dumont eram treze colônias, totalizando 164 famílias. Apesar da existência das colônias, havia escravos. Outras colônias existiam nas terras de Martinho Prado, totalizando 98 famílias. Além dos colonos, a fazenda contratava trabalhadores libertos, ex-escravos contratados.<sup>29</sup>

### **O desenvolvimento urbano no final do século XIX**

O café promoveu a modificação da pequena vila de São Sebastião do Ribeirão Preto. O início da mudança começa com a chegada da Mogiana em 1883. A região passou a ser conhecida também como região da alta Mogiana. Como eram comum na época, as regiões recebiam o nome das estradas de ferro que as serviam.<sup>30</sup> A ferrovia aumenta o intercâmbio com a capital e outras cidades mais desenvolvidas, facilitando o transporte, o comércio e o contato com os avanços tecnológicos da época, como o telégrafo e o telefone.

A imprensa local começa a dar os primeiros sinais de organização. Um semanário, denominado “A Lucta” foi criado logo no ano seguinte. Seus criadores acreditavam que, para o completo desenvolvimento da cidade, não bastavam apenas as novidades tecnológicas, como a ferrovia e o telégrafo. “*Não basta, condidados, que o sibilar da locomotiva seja repercutido pellos valles do Ribeirão Preto, é ainda de grande vantagem que haja uma folha criteriosa que busque conspirar para a civilização do meio onde viveis.*”<sup>31</sup>

Em 1891, em ofício encaminhado ao Conselho da Intendência Municipal de Ribeirão Preto, Claudino Constancio Badial faz um orçamento para a instalação de Iluminação Pública na cidade, propunha-se “*a fazer a iluminação da cidade do Ribeirão Preto, composta do total de 130 lâmpões de acordo com as bases estabelecidas no Edital deste Conselho publicado no “Ribeirão Preto” pela quantia mensal de 1:230\$000 e 350 reis por noite por cada lampeão que exceder do número estipulado no referido edital, sujeitando-se as multas que razoavelmente se estabelecerem no contrato*”.<sup>32</sup> Também em 1891, o empreiteiro Anunciato Gallo, envia ao Conselho da Intendência Municipal a proposta para construção de um edifício matadouro público. Para isso, exigindo um privilégio de exploração de 50 anos.

A população se preocupava principalmente com o saneamento básico e a higiene. Em 1893, um abaixo-assinado contendo aproximadamente 250 assinaturas, foi enviado à Câmara pedindo a canalização do córrego Ribeirão Preto. Dizia: “*Os abaixo assignados, proprietários e residentes nesta cidade, a margem direita e esquerda do Ribeirão Preto; veêm respeitosa e por meio desta pedir-vos mandeis fazer quanto antes a canalização do Ribeirão Preto, na parte que medêia nesta entre a ponte do núcleo colonial ao pontilhão da E. F. Mogyana nesta cidade; facilitando assim o escoamento de suas águas sempre em repreza e estagnadas, fazendo-nos receiozos a explozão d’alguma epidemia ainda em tempo de se evitar. Não podendo pairar dúvida sobre a urgente necessidade neste melhoramento, os abaixo assignados esperão no vosso critério despacho favorável. Ribeirão Preto, 19 de Março de 1893.*”<sup>33</sup> Poucos anos mais tarde, ocorre uma epidemia de febre amarela, apesar da liberação de uma verba de 5:000\$000 para as requeridas obras.

Em 1899 foi dada para a empresa Folena e Cia, o direito de construção do mercado municipal. A obra foi orçada 50:000\$000 e a empresa teria o direito de exploração por 14 anos, depois, o mercado passaria para o município. O mercado foi construído em frente da estação principal da Mogiana, as margens do córrego Ribeirão Preto.

<sup>29</sup> RELATORIO apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas pelo diretor Dr. Francisco de Paula Lazaro Gonçalves em 1888.

<sup>30</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974 e MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo, 1951.

<sup>31</sup> EMBOABA, O. *Álbum comemorativo do 1º Centenário da fundação da cidade de Ribeirão Preto*. São Paulo: Schmidt, 1956. p. 27

<sup>32</sup> Documento APHRP.

<sup>33</sup> Documento do APHRP

## Conclusões Finais

O início da cultura de café em Ribeirão Preto ocorre na metade da década de 1870. Alguns dos primeiros produtores eram da própria região como era o caso da família Junqueira, mas a maioria vinha de outras regiões produtoras de café da Província, como os Pereira Barreto, Henrique Dumont e Martinho Prado Junior. O produtor de maior destaque foi um imigrante alemão, Francisco Schmidt, porém apesar de ser imigrante, construiu grande parte de sua fortuna graças ao café, primeiro como colono, depois como comerciante e posteriormente como produtor. A maior parte do capital investido, portanto, veio do próprio café. Não havia em Ribeirão Preto uma atividade agrícola forte, as plantações de cana eram destinadas a produção e consumo interno de aguardente. A agricultura era de subsistência e a criação de gado e outros animais também. Essas atividades tiveram grande importância pois proporcionaram o preparo da região para receber o café. Na década de 1870, boa parte das terras do município já estava desmatada e viviam no núcleo urbano cerca de 5.552 pessoas.

Dessa forma, o início da economia cafeeira em Ribeirão Preto ocorreu de maneira diferente que em outras regiões produtoras da Província. Em Campinas, Rio Claro e Junidaí, por exemplo, o café foi tomando o lugar da cana-de-açúcar, os produtores redirecionando seus capitais, transferindo recursos para um novo produto. Em Ribeirão Preto, não havia uma atividade econômica forte. Dos capitais investidos no café, grande maioria veio de atividades relacionadas a própria cafeicultura em outras regiões produtoras. O rápido desenvolvimento ocorreu devido ao grande capital investido e a preparação das terras da região promovida pela agricultura de subsistência. Além disso, a qualidade da terra, altitude e clima favoreceram uma maior produtividade, proporcionando uma margem de lucro maior.

Os formadores do município não foram os primeiros produtores. A maior parte das famílias, como os Reis de Araújo, os Dias Campos, os Soares de Castilho não conservaram suas terras, que foram fragmentadas através dos anos por meio de divisões, heranças, dotes, trocas e vendas. Surgem novos nomes, os Junqueira, os Pereira Barreto, os Prado e os Dumont.

Neste artigo, estudou-se brevemente o início do café em Ribeirão Preto. As conclusões não são ainda definitivas, pois a pesquisa ainda está em andamento. A medida que novos dados foram coletados espera-se que a expansão e desenvolvimento da cultura em Ribeirão sejam melhor compreendidos. Conclusões definitivas somente podem ser alcançadas com um estudo mais profundo, que analise um período maior de tempo.

## Referências Bibliográficas

- ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaiá & Cia, 1914. Não pag. APHRP
- BOTELHO, Martinho. *Ribeirão Preto "Le pays du café"*. Brazil Magazine – Revista Periódica e Illustrada d'Arte e Actualidades. Publicação de Propaganda Brasileira no Estrangeiro. Paris, s.n. 1911, não pag. APHRP.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: IPE, 1981.
- CARVALHO, J. M. Política de terras: o veto dos barões. In: \_\_\_\_ . *Teatro de Sombras*. s.n.t.
- CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Imag, 1990, 3v, v. 2, p. 515.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Tenente Coronel Francisco da Cunha Bueno – O pioneiro da cafeicultura no Oeste Paulista*. São Paulo: s.n., 1960.
- EMBOABA, O. *Álbum comemorativo do 1º Centenário da fundação da cidade de Ribeirão Preto*. São Paulo: Schmidt, 1956.
- LAGES, José A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região dos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA, 1996, 264p.
- LIMA, Ruy C. *Pequena história territorial do Brasil*. Sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990. 112p.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974, 139p.
- MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo, 1951, 84p.
- PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, 241p.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967, 340p.
- RELATORIO apresentado à Associação Promotora de Imigração em Minas pelo diretor Dr. Francisco de Paula Lazaro Gonçalves em 1888.
- SALLUM JUNIOR, Brasílio. *Capitalismo e cafeicultura: Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades,

1982.